

prevêem um ano melhor em 85

A economia crescerá de 4% a 5% em 1985, quando terá um superávit comercial de US\$ 14 bilhões. A previsão foi feita ontem em Porto Alegre pelo presidente da Confederação Nacional do Comércio, Antônio Oliveira Santos, para quem 85 será melhor que 84, e isto caracteriza o fim da recessão. Em Santos, o presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Luís Eulálio Vidigal, disse que "o ano de 84 vai terminar bem melhor do que esperávamos".

E a tendência é de que as coisas continuem cada vez melhores, acrescentou Vidigal: "A medida em que o empregado sente maior estabilidade no emprego, ele começa a gastar mais, abandonando a posição apresentada até o ano passado, de fazer reservas, com medo de perder o emprego". Quanto ao crescimento do nível de emprego, disse que "hoje já chegamos aos 5,5% e esperamos fechar o ano com 6%".

Já segundo Antônio Oliveira Santos, "até 1990 ou 1991, o Brasil não precisará tomar novos recursos no mercado financeiro internacional. O saldo total da dívida neste período, incluindo juros, será de uns US\$ 102 bilhões, porque nós vamos sair da *prime rate* (hoje em torno de 12%) para a *Libor* (média de 9,5%), mais 1,125% de *spread*. Acho que isto será possível porque, ao não tomarmos dinheiro novo, passaremos a dar as cartas nas negociações com os credores. Poderemos renegociar prazos de carência e amortização. Já há condições para isto hoje, mas os credores preferem esperar pelo novo governo.

Em Belo Horizonte, o ex-ministro do Planejamento, professor Celso Furtado, admitiu ontem que "poderia ser pensado", no próximo governo, a instituição de um "imposto sobre a fortuna para corrigir as distorções da distribuição de renda" e, assim, instaurar-se um processo de combate efetivo à inflação.

Outra medida inadiável é o saneamento financeiro, porque "com



Vidigal também diz que "o ano de 84 vai terminar bem melhor do que esperávamos", com o nível de emprego crescendo 6%.

a desordem financeira existente hoje, com juros (reais) de 40% não há como estabelecer uma política econômica".

O saneamento deve começar pelo equacionamento da dívida interna já que apenas no seu primeiro mês de governo, o próximo presidente terá de girar Cr\$ 10 trilhões. "A única forma de resolver isso é declarar uma moratória interna, mas essa é uma medida que certamente o governo de Tancredo Neves não adotará."

Excluída a moratória, o ex-ministro vê dois outros encaminhamentos: criar um imposto que seja revertido para o pagamento dessa dívida, ou fazer a sua consolidação, alongando seus prazos de pagamento. "O mais provável é que tenhamos de combinar a ação tributária com a consolidação da dívida. Os títulos que estão com instituições que dependem exclusivamente deles para viver devem ter tratamento preferencial, e aqueles que estão nas mãos de grandes especuladores precisarão ser tratados diferentemente."

A propalada carência de cinco a seis anos que está sendo negociada pelo governo com o FMI para pagamento do principal da dívida externa é um aspecto "completamente secundário, porque o Brasil já não está pagando nem um tostão do principal". A inclusão deste item nas negociações tem sua importância para "ordenar o problema" e evitar que todos os anos haja renegociação. No momento, o governo deveria estar negociando as taxas, os *spreads* que paga, mas isso não está negociando não."

A expectativa de inflação em 1985 com a qual as empresas trabalham é um dado importante de formação da própria inflação, afirmou ontem o diretor-presidente da Nestlé, Alexandre Mahler. A Nestlé prevê uma inflação de 160% a 170% no ano que vem. "E não é apenas um dado, é uma meta que cada um dentro da empresa tem de se esforçar para não ser ultrapassada, na escolha dos fornecedores da matéria-prima, e na racionalização de custos".

Não há salário que resista com mais de 200% de inflação por ano. A dívida externa deixou de ser um problema brasileiro e passou a ser

A retomada do desenvolvimento, com especial ênfase para investimentos que gerem obras de caráter social, é a principal diretriz que os empresários da construção civil querem que o próximo governo adote. A proposta está contida em um documento de 70 páginas, elaborado pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção, que será encaminhado aos candidatos à Presidência. Ao comentar o desempenho da economia este ano, o presidente do Sindicato da Indústria da Construção, Francisco Virgílio Crestana, garantiu que o setor foi o mais atingido pela crise e chegou, em setembro último, "ao fundo do poço".

— De julho de 1981 até setembro de 84, o desemprego no setor chegou a 50%, no Estado de São Paulo.